ISSN: 2358-8829

O ENSINO DE LÍNGUA NO LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES À LUZ DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA A 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

Juliana Batista dos Santos [1]

INTRODUÇÃO

Em muitas realidades educacionais, especialmente no contexto das escolas públicas, o livro didático configura-se como o principal e, em muitos casos, o único instrumento pedagógico ao alcance dos docentes, sobretudo no ensino de Língua Portuguesa. Nesse cenário, ele frequentemente assume o papel de orientador das práticas de linguagem que, muitas vezes, são trabalhadas de forma descontextualizada, reproduzindo padrões e concepções de língua já superadas.

Considerando o papel central que o livro didático desempenha no cotidiano escolar, é fundamental que suas propostas estejam alinhadas às orientações estabelecidas pelos documentos curriculares nacionais. O documento normativo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, norteia o ensino-aprendizagem da língua portuguesa ao considerar a reprodução da norma-padrão nas escolas, ao passo que explicita a importância de se trabalhar com as variantes da língua em uso, respeitando a diversidade cultural devido à heterogeneidade do português brasileiro.

Esse aspecto indica uma oposição ao fato de que muitos livros didáticos abordam de forma superficial o tema da variação linguística, em razão de suprir diretrizes de programas governamentais que exigem mais o ensino da nomenclatura gramatical. Em decorrência disso, vemos o apagamento de um aprendizado da língua e da reflexão que deve acontecer em sala de aula, deixando a incumbência ao professor de investigar essa temática.

Por outro lado, na perspectiva de organizadores de livro didático com formação em linguística, por exemplo, já verificamos abordagens mais flexíveis ao ensino da língua, embora, frequentemente, esses manuais ainda reproduzam inconsistências em relação à variação e, sua abordagem se dê, em muitos casos, de forma excludente.

[1] Atua há mais de dez na docência, sendo professora efetiva de língua portuguesa da Rede Pública Estadual de Ensino na Paraíba e mestranda do Profletras na Universidade Estadual - PB, santos.juliana@aluno.uepb.edu.br .

ISSN: 2358-8829

Assim, para averiguarmos algumas das questões suscitadas a respeito dos livros didáticos, elegemos como objeto de análise o volume II da coletânea Identidade Saraiva, dos autores William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien (2024), destinado à Educação Básica III, adotado por algumas instituições de ensino da rede estadual da Paraíba, inclusive utilizado nas aulas de Língua Portuguesa por uma das autoras. Optamos por explorar o Manual do professor, para avaliarmos as orientações contidas nele e se as mesmas estão alinhadas à perspectiva da Sociolinguística.

Como aporte teórico, recorremos às contribuições de autores como Bagno (2003, 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Martelotta (2009), Neves (2013), Antunes (2014), bem como baseando nos documentos de PCNs (2000) e BNCC (2018); etc.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de adequar as aulas de Língua Portuguesa (LP) às situações reais de uso, proporcionando a inclusão social das variedades linguísticas sem desprezar a língua nos diversos contextos da comunicação, seja formal ou informal, mas com o propósito de evitar o preconceito linguístico.

Como objetivo geral, pretendemos verificar em que medida as propostas de atividades contidas no livro se alinham às teorias contemporâneas da sociolinguística e à concepção de língua como fenômeno dinâmico e heterogêneo. Desse modo, analisaremos no capítulo 3 da unidade II, os aspectos referentes à concordância nominal e verbal.

Embora o livro escolhido apresente um capítulo especialmente dedicado à variação, intitulado “Variação linguística: tipos de variação, norma e usos da língua”, notamos que em outros capítulos essa discussão também é abordada e não se limita à mera classificação de tipos de variação. Em razão disso, julgamos mais interessante ampliarmos nossa análise, explorando diferentes aspectos relacionados a essa temática dentro da obra, visando um estudo mais consistente e significativo.

Diante disso, esta pesquisa parte da seguinte problemática: o livro didático de LP em foco apresenta algumas contribuições relevantes para o estudo da concordância sob a perspectiva da Sociolinguística?

Desse questionamento, esperamos verificar a postura dos autores do livro didático em análise acerca das concepções de língua, bem como identificar se eles tratam o processo de variação linguística a partir do seu caráter heterogêneo, ou se ainda permanecem na conceituação de noções de “erro” e “acerto”, apoiados na gramática normativa, em que tudo o que foge ao “padrão” idealizado é marginalizado e desvalorizado.

Por fim, esperamos fornecer algumas ferramentas que sirvam de apoio para novos estudos voltados à análise de livros e manuais didáticos, de modo a provocar reflexões que

ISSN: 2358-8829

contribuam positivamente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais críticas e significativas para os estudantes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Nossa pesquisa é caracterizada como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório-explicativo, uma vez que busca entender e refletir sobre o tratamento da variação linguística no livro didático de Língua Portuguesa, baseado na análise de suas concepções, orientações e atividades propostas.

Como objeto de pesquisa escolhemos o Manual do Professor da obra Identidade Saraiva: Língua Portuguesa (Cereja et al., 2024), especificamente o volume destinado à 2ª série do Ensino Médio. O foco da abordagem serão os capítulos que tratam dos conteúdos de concordância nominal e verbal, por serem categorias gramaticais que se relacionam aos fenômenos de variação linguística.

Para auxiliar na análise dos dados, recorremos aos pressupostos teóricos da Sociolinguística, Variação e Ensino, especialmente nas contribuições de Bagno (2003, 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Antunes (2014) e Martelotta (2009), e os documentos norteadores PCNs (2000) e BNCC (2018).

Como instrumento de análise, recorremos ao modelo proposto por Bagno (2007), mais especificamente os questionamentos apresentados no capítulo “A variação linguística nos livros didáticos”, que orientam a investigação acerca do tratamento e da coerência da abordagem da variação linguística nos livros didáticos.

Por fim, este estudo objetiva investigar se o livro didático analisado está ou não ancorado nas concepções contemporâneas da Sociolinguística e em que medida pode contribuir para uma reflexão crítica sobre o ensino de Língua Portuguesa no contexto escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar o fenômeno de variação sob a ótica da Sociolinguística pressupõe entendê-lo como algo inerente à própria língua. De acordo com Martelotta (2009, p.141), um dos objetivos dos sociolinguistas é “entender quais são os principais fatores que motivam a variação linguística, e qual a importância de cada um desses fatores na configuração do quadro que se apresenta variável”.

ISSN: 2358-8829

Algumas manifestações linguísticas comuns no dia a dia dos falantes brasileiros, a depender das circunstâncias em que são utilizadas, são vistas por muitos como “erro”. Isso é ainda mais evidente em construções sintáticas que não seguem a concordância nominal e/ou verbal ou na escolha de determinados pronomes em detrimento de outros considerados mais “adequados”, a exemplo do “a gente” no lugar de “nós”.

Tais ocorrências são, frequentemente, associadas aos falantes de classes sociais estigmatizadas ou com pouca escolaridade. Contudo, estudos mais recentes da Sociolinguística têm apontado que esses processos também estão presentes na fala de indivíduos com maior prestígio social e não ocorrem aleatoriamente, são motivados por diversos fatores, sejam sociais, situacionais, históricos etc. e refletem padrões de uso da língua.

Irandé Antunes indaga no capítulo 6 de seu livro “Gramática Contextualizada: limpando o pó das ideias simples”, em que consiste, de fato, a língua certa?” (2014, p. 67-77). Ou aquilo a que nos referimos, no dia a dia, seja como o termo “norma padrão”, ou como “norma-culta”, na suposição de que as duas se equivalham. Antunes cita o livro “Norma culta brasileira" de Faraco (2010), para realizar uma distinção entre as normas:

(a) norma como padrão habitual da prática no dia a dia;

(b) norma como prescrição, o que leva ao sentido de normatividade.

O item (a) representa a norma culta aplicada aos usos reais da língua, ou seja, que são observados e comprovados nos discursos orais e escritos e ratificados por usuários urbanos escolarizados, nas situações de monitoramento, correspondendo ao uso por esse grupo de falantes específicos, mas não se instaura como a única norma legítima a ser seguida, nem mesmo desconsiderar outros usos como erros, distorções, vícios ou ameaças. A norma culta se constitui por motivos sócio-históricos como sendo a mais prestigiada.

No item (b) insere a norma-padrão como o conjunto de prescrições idealmente propostas, pouco flexível às mudanças, tornando-as inalteráveis, codificadas nos manuais de gramática e representadas por sua metalinguagem, quando esse código (língua, arte, cinema) é utilizado para explicar ou falar sobre si mesmo, sendo mais estimada socialmente nas situações formais, isto é: contextos solene e profissionais; de ambientes corporativos; procedimentos normativos; atos oficiais; de mais respeito e protocolos estritos. Principalmente, esse aspecto prescritivo da língua se reverbera no currículo das instituições de ensino.

Consequentemente, os conflitos entre essas normas decorrem do fato de que as línguas não funcionam como agrupamento fixo, mas provêm das relações sociais que são conflituosas. Para facilitar esse estudo, Antunes defende que o professor deve considerar a norma como

“normalidade” e a norma como “prescrição”, remetendo a inserção delas e flexibilidade no currículo de língua portuguesa.

Contudo, a norma prescrita ainda se constitui mais prestigiada em detrimento da norma habitual, embora esta seja mais popular, porque é menos monitorada em sua variação e informalidade, mas utilizada pela maioria da população, apesar de serem sujeitas aos estigmas, fato a ser desfeito com os estudos linguísticos, a partir da percepção de que a língua é um fenômeno vivo, dinâmico e diverso, intrinsecamente relacionado à região, à classe social, à idade e à cultura.

Na concepção de Bortoni-Ricardo (2004), os chamados “erros” que nossos alunos também praticam no texto escrito e na oralidade têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. A partir de então, podem ser prenunciados e trabalhados com uma abordagem holística, na qual deve ser abordada nos manuais de estudo da língua.

Consequentemente, esse afetamento é desencadeado por causa do parâmetro de julgamento entre a norma-padrão e a norma culta, apresentada como finalidade designada, mas recomenda-se o estudo de novas nomenclaturas, a fim de desvencilhar a norma desse preceito normativo restrito, conforme Bagno (2003).

Entendemos que, seguindo o mesmo postulado de Bortoni-Ricardo (2005), o ensino inclusivo da variação linguística não deve apenas ser abordado no manual didático, mas precisa fazer parte da concepção de ensino adotada pelo professor, o que requer uma certa adesão.

Não temos a intenção de colocar à margem da escola as orientações e usos da variedade padrão aos alunos, mas é necessário abolir os estigmas e desprestígios das demais variedades, pois estes ferem o princípio do respeito à diversidade cultural da língua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, analisaremos a abordagem da concordância nominal e verbal presente na coleção Identidade Saraiva, buscando compreender de que forma a obra articula os pressupostos da gramática normativa às contribuições da Sociolinguística. Para isso, selecionamos a Unidade 2, intitulada O tempo de cada um, especificamente o Capítulo 3, no tópico "Concordância, variação e preconceito".

Logo no início do capítulo, os autores apresentam como objetivo "comparar usos do português brasileiro com o tratamento dado pela gramática tradicional às concordâncias nominal e verbal, debatendo tópicos de variação linguística" (CEREJA et al., 2024, p. 95). Esse objetivo revela a intencionalidade de promover um ensino que considere os usos efetivos da

língua e não apenas as prescrições da gramática normativa, conforme previsto pela Sociolinguística.

Nesse contexto, Brandão (2013, p. 77) afirma que as variedades sociais e regionais se equivalem, pois permitem a "intercomunicação entre seus usuários". Além disso, focaliza especialmente nos fatores que influenciam a realização ou não das marcas de plural, revelando que tais escolhas obedecem a padrões sistemáticos de uso e não decorrem da falta de conhecimento da língua. Diante dessas considerações, ela faz o seguinte questionamento voltado à perspectiva do professor: como agir em sala de aula?

Após algumas reflexões, a autora apresenta as seguintes possibilidades:

> (a) ensinar-lhe, com bom senso e sempre ancorado na realidade, a variedade de prestígio;
> (b) buscar estratégias que facilitem esse aprendizado e contribuam para evitar que o aluno falsamente acredite que a norma linguística privilegiada é um bem que não somente deve possuir, mas que deve substituir o bem linguístico de que já dispõe, crença que, segundo Franchi (1996:120), os compromissos ideológicos da escola só tendem a perpetuar;
> (c) descrever o funcionamento da língua de acordo com suas diferentes situações de uso;
> (d) levar o aluno a dominar a variedade padrão, em especial a da modalidade escrita, que requer estratégias discursivas bastante diferenciadas das utilizadas na modalidade falada, de modo que ele se instrumentalize, como diz Magda Soares (1999:74), para ter condições de participar da luta contra as desigualdades inerentes a uma estrutura social que rejeita a sua classe, através da rejeição de sua linguagem. (BRANDÃO, 2013, p. 79)

As orientações propostas por Brandão (2013) estão direcionadas para um ensino da concordância pautado não só na memorização de regras gramaticais, mas, principalmente, voltado à conciliação do domínio da variedade de prestígio, paralelamente com o reconhecimento da legitimidade das demais variedades do português brasileiro. Nessa perspectiva, o ensino não fica restrito a aspectos de correção gramatical e passa a favorecer a reflexão sobre os usos da língua em diferentes práticas sociais.

Desse modo, a partir desse referencial, analisaremos as atividades propostas pela obra em apreço, buscando verificar se o tratamento conferido à concordância nominal e verbal efetivamente contempla a heterogeneidade da língua e promove uma reflexão crítica sobre a variação linguística ou se permanece predominantemente vinculado aos pressupostos da tradição normativa.

Tomando como base os critérios de análise propostos por Bagno (2007), passamos a verificar de que maneira a obra contempla a variação linguística. O primeiro aspecto observado refere-se ao seguinte questionamento: "O livro didático trata da variação linguística?" Essa

ISSN: 2358-8829

resposta é positiva. Conforme já havíamos informado anteriormente, o livro, além de ter um capítulo especificamente destinado ao tema, apresenta diferentes discussões acerca da variação linguística em outras seções.

No capítulo destinado à concordância, Cereja et al. (2024, p. 119) traz um olhar sobre a relação entre fala e escrita. Logo no início dessa discussão, eles já respondem a outro questionamento de Bagno (2007):

- **O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar de erro?**

Segundo os autores do LD, "fala e escrita são modalidades diferentes da língua e cada uma tem regras próprias, as quais podem variar conforme a finalidade e as situações de comunicação em que os textos, orais ou escritos, estão inseridos". (CEREJA, 2024, p. 119). Essa ideia coloca em evidência a preocupação em compreender a língua em funcionamento e reconhece que fala e escrita apresentam características específicas e atendem a diferentes necessidades comunicativas.

Em consonância com essa perspectiva, Brandão (2013, p. 20) afirma que tanto a fala quanto a escrita se realizam de diferentes maneiras, todavia, no ensino da modalidade escrita há uma tendência à neutralização das marcas linguísticas que identificam cada grupo social, a fim de atingir "um padrão único, abstrato e idealizado, que seja supranacional". Essa afirmação evidencia que a valorização da norma-padrão não deve excluir as demais variedades linguísticas, pois estas também representam formas legítimas de realização da língua.

Nesse sentido, ao analisarmos o LD, observamos os esforços dos autores em abordar o fenômeno da variação e preconceito linguístico sob nova ótica, próxima ao que os sociolinguistas defendem, distanciando-se de uma abordagem mais normativa, passando à discussões sobre concordância na perspectiva de variação linguística. Vejamos mais alguns fatores que comprovam essa afirmação, a partir das indagações trazidas por Bagno (2007):

- **O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?**

O quadro comparativo apresentado em Cereja (et al., 2024, p.119), baseado em Castilho (2010. p. 207-208), traz formas de realização de concordância de acordo com o português brasileiro popular e o português brasileiro culto, notamos que há uma distinção entre as falas populares (pessoas menos escolarizadas) e o brasileiro culto (pessoas escolarizadas).

No entanto, como podemos observar, eles já apontam aspectos que reforçam a tendência de, principalmente, na fala, pessoas "escolarizadas" reproduzirem desvios de acordo com a norma-padrão. Segundo Cereja et al. (2024, p.119), "há alterações incorporadas mesmo por

ISSN: 2358-8829

variantes de prestígio, como a redução morfológica em que, na oralidade, o ditongo da desinência verbal -am passa a -u, conforme mostram os exemplos do quadro 3."

Com base nesses aspectos, Vieira (2013, p. 84) afirma que, no ensino de Língua Portuguesa, há uma grande valorização da concordância verbal e, quando os usuários da língua não realizam as regras de concordância verbal isso acaba contribuindo para o surgimento de julgamentos e estigmatização dos falantes, sobretudo no contexto escolar. Disso surgem associações preconceituosas em relação a determinadas variantes linguísticas e a falta de escolarização de alguns indivíduos, pertencentes a grupos sociais de menor prestígio social.

● O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo norma-padrão como uma variedade real da língua?

Em Cereja et al. (2024, p.119), baseado em Castilho (2010. p. 207-208), observa-se a terminologia português brasileiro culto, em contrapartida, colocam a norma-padrão como convenção e afirmam que, especialmente na fala, nem sempre é possível fazer a concordância conforme é sinalizado pela norma-padrão. Assim, entendemos que nessa perspectiva, a norma-padrão é aquela idealizada, enquanto o "português culto" ou "norma culta" é aquela variante menos monitorada, comumente utilizada pelos falantes com certo prestígio social.

Ainda em relação a essa questão, em uma das atividades, consta a seguinte orientação aos professores:

> Comente com os estudantes que as denominações "norma culta brasileira" e "norma-padrão" tradicional, empregadas no quadro de Marcos Bagno, são usadas no quadro para contrapor, respectivamente, a fala de grupos sociais prestigiados e as regras da gramática normativa, evidenciando que a norma-padrão é uma abstração que não corresponde nem mesmo às variedades de prestígio. (CEREJA et al., 2024, p. 376).

● O tratamento da variação no livro didático fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?

De modo geral, essas questões de léxico e sotaque não são prestigiadas, há, de fato, um foco nos fenômenos gramaticais, conforme podemos observar nos capítulos escolhidos.

● O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do "certo" e do "errado"?

● O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?

● O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma-padrão?

Em nossa concepção, os autores realizam um movimento interessante de conscientização e reflexão sobre a língua em uso. No entanto, como eles mesmos afirmaram,

ISSN: 2358-8829

nas orientações do Manual do professor, a proposta da coleção consiste em um "caminho intermediário entre o ensino tradicional da gramática normativa com a atual língua falada pelos estudantes". (CEREJA et al. , 2024, p. 332).

Segundo Cereja et al. (2024)

> em vez de tomar a norma-padrão como uma imposição aos estudantes, a proposta é analisar essa mesma norma, que deve, sim, de nossa perspectiva, ser conhecida e dominada por eles, mas em contraste com as diversas variedades do português brasileiro encontradas em sua diversidade regional e, especialmente, nas comunidades de cada escola que venha a utilizar esta obra. (CEREJA et al. , 2024, p. 332).

A respeito da mudança linguística, os autores exemplificam usos comuns, atualmente, já consolidados na norma culta e que são alvos de discussões entre os linguistas e os gramáticos.

Em Cereja (et al. 2024, p.116), exemplos como: "vende-se apartamentos ou vendem-se apartamento?" nos levam a crer que, em breve, muitas construções sintáticas, hoje ainda estigmatizadas, serão legitimadas, evidenciando o caráter dinâmico da língua.

De acordo com Bagno (2007, p. 37), a variação e a mudança linguísticas é que são o "estado natural" das línguas, o seu jeito próprio de ser e complementa dizendo que "o impensável seria justamente que as línguas permanecessem estáveis e homogêneas".

Apesar das contribuições positivas trazidas pelos autores da obra em apreço, ao explorarmos o LD, nos deparamos com muitas atividades de "reescritura como correção", conforme define Dionísio (2020, p. 117).

Nos exemplos demonstrados no livro de análise nas págs. 111 e 121, evidenciamos que tais exercícios não contemplam a variedade da língua conforme a perspectiva da sociolinguística, trata-se apenas de pretexto para trabalhar correção ortográfica. Embora Cereja et al. (2024) dialoguem com as teorias linguísticas contemporâneas e proponham em muitos momentos uma reflexão da língua em uso, na prática observamos que ainda insistem em atividades voltadas à correção gramatical.

Ao trazerem expressões de uso corrente na fala brasileira, como "É nóis!", "Tamo junto!", "Tô de boa!", eles fazem levantamento de hipóteses, entre as quais: "c) Como ficariam essas expressões segundo as regras de concordância nominal e verbal da norma-padrão? Elas teriam o mesmo efeito? Justifique sua resposta." (CEREJA et al. 2024, p. 121).

Como sugestão de resposta, eles apresentam a seguinte: "Somos nós", "Estamos juntos" e "Suas lindas!". Não teriam o mesmo efeito, **pois se trata de formas que exprimem identidade de grupo** e que se descaracterizam ao ser alteradas" (grifo nosso).

ISSN: 2358-8829

Ora, ao tratarem as expressões “incorretas” de acordo com a norma-padrão como uma identidade de determinado grupo, os autores apresentam incoerência entre seu discurso teórico e as atividades apresentadas no Livro didático.

Desse modo, concluímos que, mesmo demonstrando um viés próximo ao que defende a teoria da Sociolinguística, eles ainda se prendem a concepções de “correção” defendidas pela gramática normativa. Nesse sentido, é importante que essas discussões sejam suscitadas em nossa prática pedagógica. Enquanto formadores de opinião, cabe-nos adotar uma postura crítica diante das concepções de língua que norteiam o ensino, de modo a questionar distorções referentes à variação linguística, a fim de amenizar o preconceito linguístico, especialmente no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, podemos estabelecer algumas considerações entre a Educação Sociolinguística e sua abordagem no manual didático. A partir da escolha do LD Identidade Saraiva: Língua Portuguesa (Cereja et al., 2024) evidenciamos que o tratamento dado pelos autores em relação à variação linguística flutua entre aspectos da gramática normativa e as contribuições da Sociolinguística.

Apesar de as reflexões apresentadas na obra serem contemporâneas e trazerem uma perspectiva otimista, ao reconhecer a heterogeneidade e dinamicidade da língua e ao propor reflexões acerca do preconceito linguístico, ainda percebemos propostas de atividades que privilegiam a correção em detrimento da compreensão do uso da língua em situações comunicativas reais.

Com relação ao capítulo escolhido para trabalhar a questão da variação linguística, julgamos pertinente, para essa abordagem, a opção pelo conteúdo gramatical concordância, uma vez que evidencia, com maior recorrência, o processo de variação da língua portuguesa.

No decorrer desta investigação, percebemos que o discurso teórico adotado pelos autores do livro didático, ainda que provoque reflexões acerca dos usos da língua e apresente uma concepção ancorada na Sociolinguística, apresenta atividades que contradizem essa postura. Muitas propostas de exercícios interpretativos, por exemplo, ajudam mais a reforçar noções de “certo” e “errado”, tendo a norma-padrão como ideal a ser alcançado.

Contudo, não podemos negar que, apesar desses aspectos negativos, percebemos que há um avanço em relação à reflexão sobre o papel da norma-padrão numa sociedade letrada como a nossa e à importância da adequação linguística.

Dos manuais pesquisados, o livro de Cereja (2024) apresenta uma abordagem da variação linguística de forma mais coerente com os estudos teóricos dessa área. Levantando, de forma crítica, algumas questões relevantes acerca do ensino de língua, entre as quais a necessidade de valorizar todas as variedades linguísticas como forma de respeito à heterogeneidade linguística, mas também a importância da padronização linguística, elegendo uma variedade – padrão para os usos mais formais da língua, reflexão sobre a pluralidade linguística do nosso país e adequação linguística de acordo com as diversas situações comunicativas. Todavia, é insuficiente no que tange ao aproveitamento das contribuições da geolinguística brasileira, já que nos oferece uma pequena quantidade de exemplos superficiais e genéricos que não retratam de forma mais ampla a nossa realidade linguística.

Ressaltamos, portanto, que este estudo não se limita a apontar fragilidades nos livros didáticos, mas busca, sobretudo, contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas no ensino de Língua Portuguesa. Entendemos, pois, que como educadores, entre outras atribuições, devemos ser capazes de identificar e questionar concepções excludentes, atuando no enfrentamento de diferentes formas de preconceito, inclusive o linguístico, dentro e fora da sala de aula.

Palavras-chave: Variedade linguística; Sociolinguística; Livro didático; Norma-padrão; Norma culta.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada:** limpando o pó das ideias simples. 1. ed. São Paulo. Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos**. Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta, língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial. 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio. Brasília, D.F.: MEC, 2000.

ISSN: 2358-8829

CEREJA, William; DAMIEN, Christiane; VIANNA, Carolina Dias. **Identidade Saraiva:** Língua Portuguesa. Vol. 2. Ensino Médio. 1. ed. São Paulo: Saraiva Editora, 2024.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. **Variedades linguísticas:** avanços e entraves. In: Dionísio, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Livro didático de português: múltiplos olhares [livro eletrônico] – Campina Grande: EDUFCG, 2020.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2010.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org). **Manual de Linguística**. 1 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VIEIRA, Silvia R.; BRANDÃO, Sílvia F. **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Airton Marques da. **Metodologia da Pesquisa**. 2 ed. Fortaleza- CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE, 2015